

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES - CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 30/06, 01 e 02/07/2009.

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e nove, às dez horas e quinze minutos, no Salão Azul do Hotel Nacional, situado no Setor Hoteleiro Sul - Quadra 01 - Bloco A, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a vigésima reunião ordinária do Conselho das Cidades, por ordem do Presidente, o Excelentíssimo Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida, sob a coordenação, do Sr. Elcione Diniz Macedo, Secretário Executivo do Conselho das Cidades, que justificou a ausência do Presidente. Estavam presentes 112 conselheiros, sendo 73 titulares, 34 suplentes e 05 observadores. Os titulares foram representados por 07 conselheiros do Poder Público Federal, 08 conselheiros do Poder Público Estadual, 10 conselheiros do Poder Público Municipal, 19 conselheiros das Entidades de Movimentos Populares, 03 conselheiros das Organizações não Governamentais, 07 conselheiros das Entidades Profissionais, 04 conselheiros das Entidades Empresariais, 06 conselheiros das Entidades de Trabalhadores. O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Sr. Elcione Diniz, saudou a todos e deu início à 21ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades. Na seqüência, passou à composição da Comissão Coordenadora dos trabalhos convocando a Sra. Inês da Silva Magalhães (Secretária Nacional de Habitação) do Poder Público Federal, o Sr. Ângelo Arruda, (Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas) das Entidades de Trabalhadores, a Sra. Arlete Moysés (Associação dos Geógrafos Brasileiros) das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, o Sr. Herivelton Jamerson da Silva Bastos (ANAMACO) das Entidades Empresariais, o Sr. Guilherme Franco Netto, Diretor de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador e a Sra. Marta Litwinczik Sinoti, da Secretaria Nacional de Saneamento. Em seguida, o Secretário-Executivo apresentou a pauta: **1. Avaliação Política da Atuação do Concidades; 2. Primeira Conferência Mundial de Saúde Ambiental; 3. Fórum Urbano Mundial; 4. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; 5. Regimento da 4ª Conferência Nacional das Cidades; 6. Deliberação das Resoluções; 7. Relatos das Reuniões dos Segmentos e 8. Informes dos Comitês Técnicos.** Logo após iniciou-se o primeiro ponto de pauta. **1. Avaliação Política da Atuação do Concidades.** O Sr. Elcione Diniz, Secretário-Executivo do Conselho convidou o Sr. Ângelo Arruda e a Sra. Arlete Moysés para apresentarem considerações e avaliações sobre a atuação do Conselho das Cidades. O conselheiro Ângelo Arruda lembrou a iniciativa da Comissão Executiva do Concidades de indicar alguns conselheiros que abrissem a primeira sessão plenária desta Reunião com uma avaliação política da atuação do Conselho. Apresentou um balanço de suas atividades, produtos e organização interna. Relacionou, para discussão, um conjunto de novas missões: ajudar a construir novos conselhos, acompanhar as resoluções, capacitação dos conselheiros para compreender o processo político e maior aproximação com os outros poderes. Explicou que para atingir esses objetivos é preciso criar um regime de capacitação permanente, fazer intercâmbio com outros conselhos e zelar pela continuidade da ação. Em seguida foi dada a palavra para a Sra. Arlete que salientou a circunstância do Conselho não ser deliberativo, o que reduz a sua capacidade de intervenção nas políticas de desenvolvimento urbano. Em consequência o Conselho atua de modo contraditório, pois embora a maioria de seus membros representem a sociedade civil, ele frequentemente atua como Estado. Outra questão que a conselheira mencionou é que determinadas discussões não provocam debate por falta de interesse. Lembrou, neste sentido, que no último dia da Reunião do Conselho tem havido um

esvaziamento, exatamente quando entram em pauta as resoluções, que parecem ser excessivas e de eficácia, incerta. Que pelo fato de procederem de Grupos de Trabalho Setoriais estas resoluções não contemplam uma visão integrada das políticas. Após a estas apresentações, o conselheiro Miguel Lobato lembrou que o Conselho vem sendo sistematicamente presidido pelo Secretário Executivo e que as resoluções que o Conselho aprova frequentemente não são publicadas, que o pleno do Conselho fica na dependência das decisões da Conjur. O Sr. Elcione explicou que foi definido pela Coordenadoria Executiva do Conselho que o primeiro dia de debates funcionaria sem a presença obrigatória do Ministro.

2. Primeira Conferência Nacional de Saúde Ambiental. O Sr. Guilherme Franco Netto, Diretor de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador iniciou sua fala convocando os conselheiros para uma participação mais ativa no processo de mobilização e organização da Conferência Mundial de Saúde Ambiental, cuja etapa nacional vai ocorrer no período de 15 a 18 de dezembro, em Brasília. Informou que a conferência deve ocupar um espaço muito relevante no debate das vulnerabilidades sócio-ambientais decorrentes do impacto das aglomerações humanas sobre os biomas, propiciando a formulação de uma política integrada entre os setores do desenvolvimento urbano, saúde e meio ambiente. Propôs que a conferência converta-se na oportunidade para arranjos a nível local, resultantes da conjunção de interesses dos setores envolvidos na saúde ambiental. A temática escolhida está organizada em torno de três eixos, referentes ao diagnóstico, relações e construção de propostas. Em seguida, a Sra. Marta Sinoti, da Secretaria Nacional de Saneamento reforçou a convocação para que os conselheiros ajudem a fomentar nos estados e municípios a realização de conferências. O Sr. Elcione informou que os conselheiros designados para o acompanhamento da organização da Conferência contarão com recursos do Ministério das Cidades para deslocamentos e hospedagem. O Sr. Guilherme esclareceu que, de comum acordo com os integrantes da Comissão Organizadora Nacional, foram privilegiados um conjunto estratégico de diretrizes, que serão levadas ao plenário da Conferência. A conselheira Edna Castro destaca a importância da Conferência Nacional de Saúde Ambiental focalizar a questão da Amazônia, dos ecossistemas que estão sendo alterados e dos quais ainda não há capacidade para a análise dos impactos. O Sr. Elcione lembrou que, de acordo com o regimento, o Concidades tem direito a vinte delegados.

3. Fórum Urbano Mundial. O Sr. Elcione convidou a conselheira Regina Ferreira para relato sobre o Fórum Urbano Mundial. A Conselheira informa que o Grupo Executivo do Conselho para o FUM é composto, além dela, pelos conselheiros Néelson Saule e Marcelo Braga Edmundo. O V Fórum vai ser realizado no Rio de Janeiro, no período de 22 a 26 de março de 2010. Em seguida o Sr. Cid Blanco relata as ações mais recentes relativas à organização do FUM e seus desdobramentos.

4. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O Sr. Elcione, como representante do Poder Público Federal, passou à descrição de como deve ser encaminhada a proposta do Projeto de Lei: é produzido um texto pelo Conselho, seguido por debate de governo – passando pelo Ministério do Planejamento – para analisar questões territoriais e de orçamento, pelos ministérios setoriais (Integração, Saúde, Educação e Fazenda), e depois Secretaria de Relações Institucionais. Após o pronunciamento destes órgãos é produzido um texto final que será enviado para o Congresso Nacional. O Sr. Elcione afirma que o Governo se compromete com a tramitação da matéria. Convidou em seguida o Conselheiro Néelson Saule para apresentar os resultados do Grupo de Trabalho para a instituição do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Discorreu que o ponto de partida é a Constituição Federal, concebendo um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado para a cooperação e articulação entre os entes federativos para a política de desenvolvimento urbano, assim como a própria Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O Conselheiro descreveu a estrutura da proposta, que contém definições, princípios e diretrizes. Outros pontos ainda carecem de um detalhamento maior, como os novos instrumentos da política de desenvolvimento urbano, a cooperação entre os entes federativos, a avaliação política, e ainda, os pontos voltados para as questões metropolitanas - como os critérios para a sua criação. O Conselheiro incluiu ainda neste rol as ações e metas da política e a tipologia das cidades, considerando a diversidade dos municípios

brasileiros. Acrescentou parte referente ao Sistema estabelecendo atribuição e competências federativas. Neste aspecto o Conselheiro assinalou que os componentes do Sistema podem ter maior abrangência, considerando a forte vinculação entre desenvolvimento urbano e ordenamento territorial, este sob a esfera de ação do Ministério da Integração Nacional. O documento contém, também, instrumentos jurídicos, de gestão democrática, financeiros e orçamentários. Depois o documento trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, propondo a integração de recursos, e ainda os critérios para a adesão dos entes ao Sistema. A conselheira Edna pediu que fosse explicitado o que é Sistema e o que é Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, e a articulação entre eles. A conselheira Regina propôs a realização de um seminário, que auxilie a formação de um consenso ao Projeto de Lei. O conselheiro Miguel Lobato enfatizou que o importante não é discutir o documento apresentado, que ainda está incompleto, mas sim o encaminhamento, se vai haver uma consultoria externa para concluir o documento. O conselheiro Ângelo enfatizou a importância dos entes federados aderirem a um sistema para penetrarem na discussão dos recursos públicos e se comprometerem com o que o Conselho está debatendo. A conselheira Bartíria reforçou a necessidade da realização de um seminário em que haverá uma discussão e o recebimento de propostas para o conteúdo do PL. A conselheira Paula encaminhou que o processo de construção do Sistema deveria ser discutido durante a 4ª Conferência. A conselheira Arlete chamou a atenção para a complexidade de um sistema de desenvolvimento urbano, em virtude da diversidade territorial e do nível político institucional que envolve o assunto, daí a necessidade de contratar especialistas. O Sr. Elcione se comprometeu em organizar os meios para a realização do seminário. Afirmou que se for o caso de contratar uma nova consultoria, é preciso considerar o prazo para a contratação e para a elaboração do trabalho. O Conselheiro Nélon Saule considerou que uma proposta só vai estar pronta no ano que vem. O conselheiro Miguel apresentou a proposta do seu segmento: que o governo elabore uma proposta de sistema até o seminário. A conselheira Regina reforçou que o seminário seja um momento de debate do desenho de Sistema, apresentado pelo Governo a partir dos acúmulos produzidos pelo Conselho, que será apreciado na próxima reunião do Conselho, com um PL apreciado até o fim do ano. O conselheiro Ângelo propôs que a proposta seja apresentada para a sociedade nas Conferências. A Conselheira Paula Ravanelli afirmou que o segmento do Poder Público Federal assume o compromisso de levar a discussão para dentro do Governo. Os representantes dos segmentos municipal e estadual acharam que a proposta ainda precisa ser amadurecida. O conselheiro Comasseto propôs que o projeto seja concluído em 2009, para ser levado ao Congresso Nacional em 2010.

5. Regimento da 4ª Conferência Nacional das Cidades. Antes de iniciar a discussão do Regimento, o Ministro Márcio Fortes informou sobre a regulamentação da Lei do Saneamento, buscando unanimidade ao longo da passagem da proposta por sete ministérios. Lembrou que há contingenciamento sobre as dotações orçamentárias do Ministério, mas não sobre o PAC. Que já autorizou a liberação de recursos para os imóveis do INSS, que serão usados para o laudo das unidades na Avenida Nove de Julho, na cidade de São Paulo, destinados ao Programa de Revitalização de Áreas Centrais. Relatou, por fim, a nomeação de novos servidores pelo Ministério das Cidades, dos quais alguns serão alocados para a Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Em seguida, o Sr. Elcione convidou a conselheira Arlete da Coordenação Executiva da 4ª Conferência para fazer a leitura da Resolução Normativa que expõe sobre a aprovação do Regimento da 4ª Conferência Nacional das Cidades. Ao fim da leitura, o Sr. Elcione passou aos destaques, de cuja discussão resultará a versão definitiva do Regimento.

6. Deliberação das Resoluções. O Sr. Elcione, a fim de informar a discussão da primeira resolução, pediu ao Conselheiro Nélon Saule que apresentasse os resultados do trabalho da Comissão de Articulação e Pactuação do Projeto de Lei 3057/00, que altera a Lei de Parcelamento Urbano. O Conselheiro Nélon Saule relacionou os pontos passíveis de consenso e pactuação, que devem ser objeto da resolução. Entre estes pontos destaca-se a modalidade de parcelamento de interesse social, em que estão incluídos alguns aspectos importantes para a viabilização do parcelamento: a infraestrutura básica incluindo iluminação pública e pavimentação, a competência municipal na promoção do

parcelamento, a intervenção do poder público para garantir a implementação do parcelamento social e as relações contratuais envolvidas no processo. O Conselheiro Miguel Lobato considerou que os pontos consensuais são os menos relevantes e portanto não devem ser objeto de resolução, porque esta avaliza o projeto um todo, e neste caso não tem a aceitação geral. Alguns conselheiros ponderaram que mesmo assim houve avanços e recomendaram o encaminhamento ao Congresso. O Conselheiro Néelson Saule lembrou que a meta é ter um pronunciamento público do Conselho, de seu entendimento sobre o Projeto de Lei, e o importante é ressaltar os assuntos para os quais não houve consenso. O conselheiro Marcos Augusto sugeriu que se faça um substitutivo ao PL 3057/2000 alterando a Lei 6766/1079 nos pontos elencados. Ao início dos trabalhos no terceiro dia, o Sr. Elcione Diniz passou a palavra ao Ministro Márcio Fortes, que relatou a reunião que teve com o Comitê de Saneamento a respeito do decreto regulamentador do Marco Regulatório do Saneamento, que foi encaminhado a Consultoria Jurídica, que dá o parecer e encaminha aos outros Ministérios, para a Casa Civil e finalmente ao Presidente da República, esperando-se, que a aprovação ocorra até o dia 3 de agosto. O Sr. Elcione passou à leitura da Proposta de Resolução Administrativa que dispõe sobre a indicação de representantes do Conselho das Cidades para compor o Grupo Executivo Intergovernamental do Programa Terra Legal. A Resolução foi aprovada, indicados os Conselheiros Miguel Lobato, titular e Edna Castro, suplente. O Sr. Elcione apresenta a segunda proposta de resolução, que estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico. A proposta foi aprovada pelo plenário sem alterações. Em seguida, o Secretário-Executivo inicia a leitura de Resolução que recomenda ações e definições para a elaboração de Serviço de Moradia Social. A matéria foi aprovada por unanimidade. O Sr. Elcione Diniz apresentou a proposta de resolução que recomenda aos entes da federação o cumprimento do Decreto 5296/2004. A Resolução foi aprovada. Em seguida, o Secretário-Executivo apresentou proposta de Resolução que recomenda a revisão da Lei 6766/1979, retirando as referências e remissões aos artigos do Projeto de Lei 3057/2000. A matéria foi aprovada com três abstenções. A Resolução seguinte recomenda o veto ao Art. 63 do Projeto de Conversão da Medida Provisória 459 que estende aos assentamentos irregulares ocupados por moradores de alta e média renda do Distrito Federal os dispositivos voltados para a regularização fundiária de interesse social. O Sr. Elcione lembrou que o Ministro das Cidades encaminhou parecer ao Presidente da República recomendando o veto ao referido artigo. O Conselheiro Néelson Saule argumenta que a ação do Ministro não interfere no encaminhamento da Resolução, porque o que se deseja é marcar uma posição do Conselho das Cidades. O Conselheiro Miguel Lobato sugeriu a inclusão de uma emenda para excluir o critério de sorteio para os casos de empate. A proposta foi aprovada com duas manifestações contrárias. O Sr. Elcione referiu ao envio de uma proposta de resolução recomendando apoio ao PL 23.607, que não pode ser encaminhada por que não teve assinatura de no mínimo três segmentos.

8. Informes dos Comitês Técnicos. O Sr. Daniel Montandon, Diretor do Departamento de Planejamento Urbano da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, relatou que o Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano encaminhou, entre outros pontos, uma agenda para a reunião que vai tratar da construção do texto da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. A Sra. Júnia Santa Rosa, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica da Secretaria Nacional de Habitação mencionou um trabalho mostrando os problemas que ocorrem nas obras do PAC, que apontam o projeto básico como o principal ofensor, problema que pode ser remetido para a Lei das Licitações. Outro aspecto levantado é a necessidade dos Estados e Prefeituras retomarem a capacidade de lidar com as regras impostas pela legislação, na medida em que as inseguranças dos gestores locais podem causar a paralisação das obras. Relatou, ainda, que atendendo a cobrança do Comitê, será lançada em julho a cartilha com indicativos e resultados do Plano Nacional de Habitação. Anunciou, também, a realização de dez seminários regionais voltados para o apoio aos municípios que não receberam recursos do Ministério para a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social e cursos a distância para gestores

públicos municipais e conselheiros. A Diretora, ainda, explanou sobre a proposta de monitoramento do impacto na vida do cidadão do programa Minha Casa Minha Vida. Finalmente, o Comitê foi informado sobre a realização do Segundo Seminário de Assistência Técnica com a participação dos Conselheiros, buscando trazer à realidade os modelos já existentes de assistência técnica e apresentar experiências. O Conselheiro Mário Viana esclareceu que problemas do PAC com órgãos de controle, decorrem do fato do Siafi, que é a base das pesquisas do TCU e CGU, não comportar as especificidades para ações como a urbanização de favelas. O Conselheiro Ricardo propôs a criação de um GT em cada Estado para acompanhamento mais próximo da inserção urbana e dos problemas que eventualmente possam ocorrer do programa Minha Casa Minha Vida. O Conselheiro Miguel Sastre recomendou a reativação do grupo de acompanhamento do Planhab, pelo fato deste representar uma política de estado que não deve ficar à sombra do programa Minha Casa Minha Vida. A Conselheira Tânia argumentou que em vez de criar um GT para acompanhamento das obras nos Estados, deveriam ser aproveitados os Conselhos Estaduais existentes e instituídos onde ainda não tenha. O Sr. Elcione leu ofício que o Conade – Conselho Nacional de Direito da Pessoa com Deficiência - enviou ao Conselho solicitando a retirada de circulação das cartilhas distribuídas pela Caixa Econômica Federal que contêm modelos de unidades habitacionais que desconsideram questões de acessibilidade e segurança e que o Programa Minha Casa Minha Vida inclua tais requisitos nos termos de adesão. O Sr. Elcione informou que não pretende comentar a recomendação antes de ouvir a Secretaria Nacional de Habitação. O Sr. Luis Carlos Bueno de Lima, Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, iniciou o relato do Comitê informando uma parceria com a França no sentido de prover transferência de tecnologia aos municípios brasileiros. Referiu ao investimento de 3 bilhões de reais da Secretaria entre 2008 e 2010 que vão lastrear as obras do PAC da Copa, e por meio de suplementação chegarão em torno de quinze a vinte bilhões que serão aplicados nos municípios escolhidos pela FIFA. Estão sendo negociados ou disponibilizados também recursos para renovação com ênfase na acessibilidade da frota de ônibus, Promob e ciclovias. Finalmente, será feita uma reunião extraordinária para trabalhar a proposta de emenda ao Projeto de Lei 1687/2007 – o Marco da Mobilidade. O Sr. Elcione informa que o Regimento Interno da 4ª Conferência vai ser remetido para redação final à Coordenação Executiva da Conferência e posterior publicação. Dando a Reunião por encerrada o Coordenador agradece e se despede.